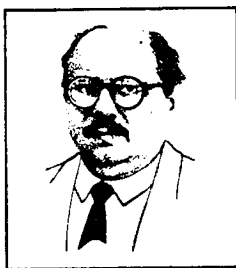


O futuro da estabilização



O Congresso não negará a legislação de que o governo necessita

O presidente Itamar Franco já declarou, e reiterou recentemente em entrevista, que tem dois objetivos claros no seu governo: manter a democracia e evitar a recessão. Estes parecem ser os limites estabelecidos à atuação de seu ministro da Fazenda. O presidente não promete ajudar, pois não vai se expor por algo em que claramente não acredita. Mas, em questões do Estado, respeita suficientemente o julgamento de seu ministro ao ponto de aceitar até mesmo a saúde de seu estimado líder na Câmara, em nome de um mínimo de unidade no discurso do governo.

Há dois importantes elementos que tornam o final de 1993 mais auspicioso do que o melancólico final de 1992. Há relativo consenso de que, sem a eliminação do déficit fiscal, não haverá estabilização, e isso tem sido reafirmado pela equipe a cada passo. E há o propósito firme de negociar no Congresso Nacional os elementos para que a contenção fiscal não seja obtida a partir de mera repressão de gastos. É bom, mas é pouco.

Três erros estratégicos, entretanto, foram cometidos desde o anúncio do programa: a manutenção da "verdade orçamentária" do lado dos gastos, que pressupõe um aumento das despesas públicas antes do equacionamento das receitas; a tentativa de estabelecer o aumento de receitas a partir de um aumento generalizado (ainda que modesto em termos percentuais) de 5% em todas as alíquo-

tas de impostos; e o anúncio de um programa ainda incompleto de desinercialização pela superindexação. O que poderia ter sido um quarto erro, o Fundo de Emergência, já parece superado pelos fatos.

O primeiro erro atraiu a crítica dos mais bem informados. O segundo teve o efeito semelhante ao de um edital público de convocação de opositores. O terceiro opera a mágica de, ao mesmo tempo, estimular a aceleração da inflação no curto

prazo e a pressa dos que acreditam nos truques: "A solução já existe, está à disposição do governo, então é difícil explicar por que a espera por esta história de resolver a questão do déficit, que, de resto, não é mesmo tão grande assim."

A crítica ao Orçamento é bem fundamentada, mas compreende-se a irritação até mesmo pouco polida com que reagiram os assessores do ministro: trabalharam tanto com tantos orçamentos errados nos últimos seis meses que, ao escolherem os números finais, esperavam mais compreensão dos seus colegas de fora do governo.

Reconhecidos os méritos pelo trabalho competente e cheio de sacrifícios pessoais, entretanto, cumpre notar que fazer desrepressão de despesas depois de ter promovido uma elevação das mesmas em mais de 25% em termos reais é fazer convite aos críticos. Também não é preciso ser um histérico do estado mínimo (nenhum dos críticos atingidos se notabilizou por isso) para reconhe-

cer que, não obstante as boas intenções contidas no intróito da exposição de motivos que anunciou o Plano FHC, o que se pode conseguir de melhoria de eficiência do Estado nos próximos dois anos é muito pouco ou nada. Portanto, a desrepressão de despesas estará ocorrendo dentro do mesmo quadro de um Estado caracterizado pela inépcia na prestação de serviços, marcado pelo corporativismo, ineficiência funcional e iniquidade na remuneração dos seus servidores.

Ora, pedir à sociedade que pague mais impostos para financiar tal aumento de gastos é, no mínimo, pouco realista. A coalização contra o aumento generalizado de impostos sem um sinal concreto de melhoria do funcionamento da máquina estatal atrairia certamente os membros da equipe, caso estivessem despojados das pressões das funções de hoje. A aprovação da MP correspondente será primeira tarefa espinhosa para o futuro líder do governo.

O terceiro erro tem consequências curiosas. Num primeiro momento, houve um alívio pelo fato de o programa não conter o repúdio de dívida, tablitais ou confiscos. No segundo momento, desperta a criatividade geral diante das possibilidades múltiplas que um programa deixa em aberto.

No terceiro momento, percebe-se o retorno das incertezas, pois a aprovação geral significa apenas que o programa ainda está indefinido. Enquanto isso, a perspectiva de indexação diária vai desdobrando seus efeitos aceleradores da inflação. Percebe-se que há duas vertentes: idealmente, o programa de reforma monetária — com conversão voluntária para a nova unidade de conta, de contratos e, eventualmente, monetá-

ria — deveria ocorrer com inflação (em cruzeiros) em queda; em outra vertente de opiniões, mais temerária, a aceleração da inflação na moeda velha não é importante, e até ajuda a trazer apoio para o programa.

Apesar destes lamentáveis erros, estamos em melhor situação hoje em termos de futuro da estabilização do que jamais estivemos no governo Itamar. Acredito que o Congresso não assumirá a responsabilidade de negar ao ministro da Fazenda a legislação de que o governo necessita para pôr em mínima ordem o Orçamento para 1994. Não teremos, é certo, uma coalização imbatível em favor da estabilização, como seria desejável e que seria alcançada, se os candidatos presidenciais percebessem o tempo que estariam economizando em seus futuros governos caso encontrassem a casa em ordem. Parece pedir muito tanta clarividência de candidato, num país de tradição populista, em que governo e oposição costumam disputar o troféu do populismo barato. Mas, ao final do ano, não custa alertar para a desejabilidade de uma pauta mínima de medidas saneadoras, que poderia ser proposta pela equipe e endossada pelos presidentes dos principais partidos com pretensão ao poder, e que serviria de base para estabelecer a governabilidade ao longo do difícil ano que se aproxima.

O primeiro requisito, entretanto, é que o próprio presidente Itamar assuma de público a responsabilidade pelo futuro do programa de estabilização. O segundo requisito é que os candidatos à Presidência assumam hoje a responsabilidade pelo futuro.

■ **Dionísio Dias Carneiro, economista, é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio**